



Demonstrações financeiras

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

31 de dezembro de 2019
Com Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

Relatório da administração.....	3
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional.....	9
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....	17
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6. Ativo de concessão.....	17
7. Estoques.....	18
8. Imobilizado.....	18
9. Intangível.....	18
10. Fornecedores.....	18
11. Tributos e encargos sociais a recolher.....	19
12. Contas a pagar.....	19
13. Provisões.....	19
14. PIS e COFINS diferidos.....	19
15. Patrimônio líquido.....	20
16. Receita operacional líquida.....	21
17. Custo de implementação da infraestrutura e despesas gerais administrativas	22
18. Resultado financeiro.....	22
19. Imposto de renda e contribuição social.....	23
20. Transações com partes relacionadas.....	24
21. Instrumentos financeiros.....	24
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	26

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.
Relatório da administração
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Análise do resultado do exercício de 2019 em comparação com o exercício de 2018:

O exercício de 2019 apresentou no lucro líquido de R\$5.372 em comparação ao do ano anterior de R\$1.796.

A **receita operacional líquida** teve aumento em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	2019	A.V. %	2018	A.V. %	Variação 2019/2018 %
Receita de infraestrutura	74.365	93,1	39.379	96,0	88,8
Remuneração dos ativos de concessão	8.512	10,7	3.191	7,8	166,8
Tributos sobre a receita	<u>(3.025)</u>	(3,6)	<u>(1.554)</u>	(3,7)	<u>94,7</u>
Receita operacional líquida	<u>79.852</u>		<u>41.016</u>		<u>94,7</u>

- (i) As **receitas de infraestrutura** totalizaram R\$74.365 em 2019, comparada com R\$39.379 em 2018, refletindo o avanço dos investimentos na implementação da infraestrutura na Subestação João Neiva 2.
- (ii) A **remuneração dos ativos de concessão** somou R\$8.512 em 2019, comparada aos R\$3.191 em 2018 devido a atualização do ativo de concessão pelo WACC do leilão.
- (iii) Os **tributos sobre a receita** operacional atingiram R\$3.025 em 2019 contra R\$1.554 em 2018 acompanhando o aumento da receita de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão.

Os **custos de implementação da infraestrutura** totalizaram R\$71.651 em 2019 frente aos R\$37.942 em 2018 e estão em linha com a variação da receita de infraestrutura, com concentração em materiais relativos ao avanço na fase de construção.

	Custo de implementação da infraestrutura	
	2019	2018
Serviços de terceiros	(14.608)	(4.608)
Materiais	(56.218)	(30.603)
Servidão	(825)	(1.089)
Terrenos	-	(1.642)
	<u>(71.651)</u>	<u>(37.942)</u>

O **resultado financeiro** atingiu R\$8 de receita financeira em 2019 e R\$263 em 2018, tendo como principal motivo a redução do saldo de aplicações financeiras.

O **imposto de renda** e a **contribuição social** atingiu R\$2.559 em 2019 e R\$1.398 em 2018 devido principalmente aos impostos diferidos de R\$2.553 incidentes sobre a receita de infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28	11
Estoques	7	11.029	-
Tributos e contribuições a compensar		3	3
		11.060	14
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo de concessão	6	131.448	48.571
		131.448	48.571
Imobilizado	8	4	-
Intangível	9	120	145
		124	145
		131.572	48.716
Total do ativo		142.632	48.730
PASSIVO			
Circulante			
Arrendamento mercantil		3	-
Fornecedores	10	1.715	315
Tributos e encargos sociais a recolher	11	314	32
Contas a pagar	12	57	54
		2.089	401
Não circulante			
Arrendamento mercantil		1	-
PIS e COFINS diferidos	14	4.798	1.773
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (b)	4.049	1.496
		8.848	3.269
Patrimônio líquido			
Capital social	15 (a)	124.751	43.487
Reservas de lucros	15 (c)	6.944	1.573
		131.695	45.060
Total do passivo e do patrimônio líquido		142.632	48.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional líquida	16.1	79.852	41.016
Custo de implementação da infraestrutura	17	<u>(71.651)</u>	<u>(37.942)</u>
Lucro bruto		<u>8.201</u>	<u>3.074</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	<u>(278)</u>	<u>(143)</u>
		<u>(278)</u>	<u>(143)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		7.923	2.931
Receitas financeiras	18	26	270
Despesas financeiras	18	<u>(19)</u>	<u>(7)</u>
		<u>7</u>	<u>263</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.930	3.194
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19 (a)	(6)	(87)
Diferido	19 (a)	<u>(2.553)</u>	<u>(1.311)</u>
		<u>(2.559)</u>	<u>(1.398)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>5.371</u>	<u>1.796</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>5.371</u>	<u>1.796</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>5.371</u>	<u>1.796</u>

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucros				Total	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar		Lucros (prejuízos) acumulados
Em 31 de dezembro de 2017		7.500	-	-	-	(182)	7.318
Integralização de capital	15 (a)	35.987	-	-	-	-	35.987
Adoção do CPC 47, com efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	(41)	(41)
Absorção da Reserva de Retenção de lucros, adoção do CPC 47		-	-	(41)	-	41	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.796	1.796
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	15 (c)	-	90	-	-	(90)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	15 (c)	-	-	1.097	-	(1.097)	-
Reversão da reserva de lucros a realizar	15 (c)	-	-	-	427	(427)	-
Em 31 de dezembro de 2018		43.487	90	1.056	427	-	45.060
Integralização de capital	15 (a)	81.264	-	-	-	-	81.264
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.371	5.371
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	15 (c)	-	269	-	-	(269)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar		-	-	-	1.276	(1.276)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	15 (c)	-	-	3.826	-	(3.826)	-
Em 31 de dezembro de 2019		124.751	359	4.882	1.703	-	131.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.371	1.796
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização (notas 18)	38	22
PIS e COFINS diferidos	3.025	1.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.553	1.311
	<u>10.987</u>	<u>4.684</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo de concessão	(82.877)	(42.569)
Estoque	(11.029)	-
Tributos e contribuições a compensar	-	(2)
	<u>(93.906)</u>	<u>(42.571)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	1.400	(61)
Tributos e encargos sociais a recolher	282	(199)
Contas a pagar	3	(32)
	<u>1.685</u>	<u>(292)</u>
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	<u>(81.233)</u>	<u>(38.179)</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	2.279
Intangível (nota 7)	(9)	(77)
Fluxo de caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento	<u>(9)</u>	<u>2.202</u>
Atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos	(4)	-
Integralização de capital	81.264	35.987
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	<u>81.260</u>	<u>35.987</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>17</u>	<u>10</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	11	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	28	11
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>17</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 13 de janeiro de 2017, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
018/2017	30	10.02.47	5 anos	2022	IPCA	52.453	06/19

Contrato nº 018/2017

Composto pela linha de transmissão 345 kV Viana 2 – João Neiva 2, com 79 km; e pela Subestação 345/138 kV João Neiva 2. O projeto, em fase de construção, está localizado no Espírito Santo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 12 de março de 2020.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 19(b))
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 6)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 6)

A taxa aplicada ao ativo contratual é a WACC do leilão que representa a estimativa da Companhia para a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 16.1)

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.4 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2020.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as práticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47, estão descritos na nota 3.7.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra (nota 16.1(a)).

(b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base no WACC do leilão que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa (nota 16.1(b)).

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (nota 21).

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos (nota 5).

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 6).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção classificados em:

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado (nota 6 (b)).

(b) Ativo de concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 6).

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 9).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11 Arrendamentos

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a companhia usa a sua implícita encontrada na taxa de capitação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.14 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.15 Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.16 Novas normas e interpretações

A Companhia, adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, que são:

- **CPC nº 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também reavaliam o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$4 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$4, líquidos de depreciação (nota 8).

- **ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro**

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia analisou as incertezas relacionadas aos tratamentos fiscais na apuração dos tributos sobre o lucro, em conjunto com seus assessores legais internos e externos e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir estes estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas, sofreu qualquer alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

4 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- CPC 11– Contratos de Seguros
- CPC 15 (R1) – Definições de negócios
- CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de omissão material

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, destacados acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	28	11
	<u>28</u>	<u>11</u>

6 Ativo de concessão

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	131.448	48.571
	<u>131.448</u>	<u>48.571</u>
Não circulante	<u>131.448</u>	<u>48.571</u>

- (a) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

A movimentação do ativo de concessão é como segue:

Saldos em 2017	<u>6.045</u>
Receita de infraestrutura (nota 16.1)	39.379
Remuneração dos ativos de concessão (nota 16.1)	3.191
Adoção CPC 47	(44)
Saldos em 2018	<u>48.571</u>
Receita de infraestrutura (nota 16.1)	74.365
Remuneração dos ativos de concessão (nota 16.1)	8.512
Saldos em 2019	<u>131.448</u>

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7 Estoques

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$11.029 na rubrica de estoques é composto de equipamentos e materiais para aplicação na implementação da infraestrutura (estruturas metálicas, relês, capacitores e transformadores, entre outros).

Os estoques são mantidos para atender os projetos em andamento (em construção), sendo consumidos para viabilizar a prestação de serviço. Em 31 de dezembro de 2019, os estoques não estão integrados ao ativo de contrato, sendo devidamente segregados e identificados pela Administração.

8 Imobilizado

	2019		2018		Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Arrendamento de edifícios - CPC 06 (R2)					
(i)	8	(4)	4	-	10% (i)
	<u>8</u>	<u>(4)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	

(i) Com a adoção do CPC 06 (R2), a Companhia passou a registrar os contratos de arrendamento de imóveis como imobilizados (nota 3.16).

9 Intangível

O montante de R\$120 refere-se aos gastos incorridos na implantação do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível é como segue:

Saldo em 2017	<u>90</u>
Adições	77
Amortização	<u>(22)</u>
Saldo em 2018	<u>145</u>
Adições	9
Amortização	<u>(34)</u>
Saldo em 2019	<u>120</u>

10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$1.715 (R\$315 em 31 de dezembro de 2018) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

11 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda sobre o lucro	3	-
Contribuição social sobre o lucro	2	-
INSS	190	5
ISS	98	19
Imposto de renda retido na fonte	1	1
Outros	20	7
	<u>314</u>	<u>32</u>

12 Contas a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Partes relacionada (nota 20)	48	15
Outros (i)	9	39
	<u>57</u>	<u>54</u>

(i) Do saldo, o montante de R\$15 refere-se aos contratos de sublocação e compartilhamento de despesas com pessoal entre a Companhia e a Controladora CTEEP. (nota 14).

13 Provisões

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2019, não há ação judicial com probabilidade de perda provável.

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui uma ação de natureza tributária envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como perda possível, para a qual não constitui provisão.

14 PIS e COFINS diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS diferido	854	316
COFINS diferido	3.944	1.457
	<u>4.798</u>	<u>1.773</u>

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2019 é de 214.000.000 (108.142.390 em 2018) em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Em 2019, a composição do capital social subscrito totaliza R\$214.000 e capital social integralizado R\$124.751 (R\$43.487 em 2018), representados por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo do lucro líquido, a Companhia distribuirá, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício como dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Administração não constituiu as obrigações de pagamento dos dividendos mínimos, haja vista que a Companhia está em fase pré-operacional, a situação financeira é incompatível para o pagamento desses dividendos. Dessa forma, o valor correspondente aos dividendos mínimos foi registrado como reserva de lucros a realizar, no patrimônio líquido.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	5.371	1.796
Constituição da reserva legal	(269)	(90)
Absorção de prejuízo de exercícios anteriores	-	(182)
	<u>5.102</u>	<u>1.524</u>
Constituição da reserva de retenção de lucros	(3.826)	(1.097)
Constituição da reserva de lucros a realizar	(1.276)	(427)
	<u>-</u>	<u>-</u>

(c) Reservas de lucro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reserva legal (i)	359	90
Reserva de retenção de lucros (ii)	4.882	1.056
Reserva de lucros a realizar (iii)	1.703	427
	<u>6.944</u>	<u>1.573</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(iii) Reserva de lucros a realizar

A Lei 6.404/76, artigos 197 e 202 prevê que os dividendos mínimos que ultrapassarem a parcela realizada do lucro líquido do exercício poderá ser destinado a reserva de lucros a realizar, por proposta da Administração na Assembleia Geral Ordinária. Tendo em vista que a Companhia está em fase pré-operacional, não houve a realização financeira do lucro no exercício.

16 Receita operacional líquida

16.1 Composição da receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 6)	74.365	39.379
Remuneração dos ativos de concessão (b) (nota 6)	<u>8.512</u>	<u>3.191</u>
Total da receita bruta	<u>82.877</u>	<u>42.570</u>
Tributos sobre a receita		
COFINS	(2.489)	(1.277)
PIS	<u>(539)</u>	<u>(277)</u>
	<u>(3.025)</u>	<u>(1.554)</u>
	<u>79.852</u>	<u>41.016</u>

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa de mercado, estabelecida no início do contrato.

16.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção (O&M), para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

17 Custos de implementação da infraestrutura e despesas gerais e administrativas

			<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal (*)	-	-	-	(15)
Serviços	(14.608)	(218)	(14.826)	(4.708)
Depreciação e amortização	-	(38)	(38)	(22)
Materiais	(56.218)	-	(56.218)	(30.603)
Servidão	(825)	-	(825)	(1.089)
Terrenos	-	-	-	(1.642)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	(3)
Outros	-	(22)	(22)	(3)
	<u>(71.651)</u>	<u>(278)</u>	<u>(71.929)</u>	<u>(38.085)</u>

(*) A partir de novembro de 2018 a Companhia terceirizou todo o seu processo administrativo e técnico e, atualmente compartilha recursos com a Controladora por meio de contrato específico (nota 20).

18 Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	-	37
Descontos obtidos	26	233
	<u>26</u>	<u>270</u>
Despesas		
Taxas bancárias/imposto sobre operações financeiras	(19)	(7)
	<u>(19)</u>	<u>(7)</u>
	<u>7</u>	<u>263</u>

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

A Companhia adota o regime de lucro presumido trimestral.

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de serviços	82.877	42.570
Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%	7.437	3.786
Outras receitas	<u>26</u>	<u>270</u>
Base de cálculo CSLL	<u>7.463</u>	<u>4.056</u>
IRPJ e CSLL	(2.538)	(1.379)
Outros	<u>(21)</u>	<u>(19)</u>
Despesa com IRPJ e CSLL	<u>(2.559)</u>	<u>(1.398)</u>
Corrente	(6)	(87)
Diferido	<u>(2.553)</u>	<u>(1.311)</u>
	<u>(2.559)</u>	<u>(1.398)</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$4.049 (R\$1.496 em 2018) no passivo não circulante refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, remuneração do ativo de concessão (ICPC 01 (R1 CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Instrução normativa nº 1700/17 e Lei nº12.973/2014.

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2019	2018	2019	2018
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	48	15	(111)	(43)
		<u>48</u>	<u>(15)</u>	<u>(111)</u>	<u>(43)</u>

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de contas a pagar, no passivo circulante (nota 12).

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Companhia e a CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

21 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2019	2018
Ativos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Caixa e bancos	-	28	11
Ativo contratual	-	131.448	48.571
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores	-	1.715	315
Contas a pagar	-	57	54
Arrendamento mercantil			
Circulante	-	3	-
Não circulante	-	1	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Itaúnas – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 16.2).
- (iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de aportes do Controlador ou captação junto a terceiros até sua entrada em operação.

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Interligação Elétrica Itaúnas S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Itaúnas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP